

Curricularização da Extensão e protagonismo discente: uma análise normativa

Extension curriculum and student protagonism: a normative analysis

Daiane Toigo Trentin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
dtoigotrentin@gmail.com

Rosangela Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
roferreira305@gmail.com

Magali Inês Pessini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
magali.pessini@gmail.com

Luciana Calabro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
luciana.calabro.berti@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as normativas institucionais dos 06 (seis) Institutos Federais (IFs) da região sul do Brasil no que diz respeito ao protagonismo discente em ações de curricularização da extensão. A pesquisa teve caráter descritivo, com coleta de dados documentais e abordagem quantitativa-qualitativa. Para a análise das informações, optou-se pela análise de conteúdo. A composição do corpus do estudo consistiu em documentos oficiais de domínio público obtidos nos sites dos IFs selecionados. Após a análise, obteve-se três categorias temáticas: Cidadania; Trabalho; Formação Acadêmica, sendo esta última a que apresentou maior frequência no levantamento quantitativo de citações. Percebeu-se que nestas normativas o estudante foi citado com maior regularidade em trechos que tratam dos aspectos curriculares da formação acadêmica, especialmente quanto aos procedimentos metodológicos destinados a assegurar o registro das atividades de extensão. Para melhor análise do contexto proposto, é necessária a continuidade desta investigação buscando compreendê-lo a partir da perspectiva dos demais atores envolvidos.

Palavras chave: curricularização, extensão universitária, protagonismo discente, institutos federais.

Abstract

The present work aims to analyze the institutional regulations of the 06 (six) Federal Institutes (IFs) in the southern region of Brazil with regard to student protagonism in extension curricularization actions. The research had a descriptive character, with the collection of documentary data and a quantitative-qualitative approach. For the analysis of the information, we opted for the content analysis. The composition of the study corpus consisted of official documents in the public domain obtained from the websites of the selected FIs. After the analysis, three thematic categories were obtained: Citizenship; Work; Academic Background, the latter being the one that presented the highest frequency in the quantitative survey of citations. It was noticed that in these norms the student was cited more regularly in excerpts that deal with the curricular aspects of academic training, especially regarding the methodological procedures aimed at ensuring the registration of extension activities. For a better analysis of the proposed context, it is necessary to continue this investigation, seeking to understand it from the perspective of the other actors involved.

Key words: curricularization, university extension, student protagonism, federal institutes.

Introdução

O Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei nº13.005/2014 tem por finalidade definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação que assegurem a manutenção e o desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, nas diferentes esferas federativas brasileiras. Dentre as 20 (vinte) metas estabelecidas pelo documento, destacamos a meta 12, que se refere ao acesso à Educação Superior e preconiza assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (BRASIL, 2014). Esta estratégia foi regulamentada através da Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e complementada pelo Parecer CNE/CES nº 597/2020. Por conseguinte, para cumprir a legislação mencionada, todos cursos de graduação no país deverão adequar seus currículos até dezembro de 2022 incorporando atividades de extensão.

No texto da resolução CNE/CES nº 07/2018, podemos encontrar alguns importantes elementos que estruturam a concepção e a prática da Extensão na Educação Superior, as quais destacamos: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, a formação cidadã dos estudantes, a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa (BRASIL, 2014). Estes elementos estão também presentes nas diretrizes para a Extensão propostas pelo Fórum de Pró-reitores das Instituições de Educação Públicas Brasileiras (FORPROEX) publicadas na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), o que nos leva a perceber que além de serem consenso entre os gestores da extensão em nível nacional, sejam de vital importância para a caracterização de uma ação como sendo de Extensão.

Partindo do pilar constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e promovendo a interação entre a Universidade e a sociedade, a Extensão Universitária é compreendida da seguinte forma:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, p. 01)

Para complementar este conceito, nos apoiamos no pensamento de raízes freirianas que entende a prática extensionista enquanto comunicação ativa dos sujeitos entre si e destes para com a realidade que irão atuar. De modo concreto, não consideramos como uma ação extensionista aquela em que seu proponente entenda a comunidade externa, como objeto receptor de suas ações. Entendemos que a verdadeira ação de extensão é aquela que se dá através do diálogo problematizador e da relação não hierárquica entre atores e saberes, contrapondo qualquer movimento de mão única da universidade para a sociedade, que a considere como detentora do único saber e desconsidere os demais saberes existentes e suas origens (FREIRE, 2015).

A partir desta concepção de Extensão, entendemos que a efetivação da estratégia de inserir até 10% de atividades extensionistas nos cursos superiores têm o potencial de provocar uma mudança importante no ensino universitário. Este passaria, a partir da exigência da implementação das atividades de extensão ao currículo, a oportunizar outras formas de construção do conhecimento, bem como ampliar suas relações com os estudantes e com as comunidades no seu entorno.

Com relação ao impacto na formação do estudante, a inserção de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, a partir da perspectiva conceitual delineada até aqui, permitirá que este tenha um aprendizado para além da formação técnica e dos conhecimentos relativos à sua futura área de atuação, mas possibilitará seu desenvolvimento enquanto cidadão através da construção de outras habilidades e competências importantes para que ele possa atuar em sociedade. Esta atuação, segundo Deus (2020), deve ser composta pelo aprendizado adquirido no interior da universidade e pela atuação na comunidade.

Neste âmbito, Flores e Melo (2020) em pesquisa realizada com estudantes do Instituto Federal Farroupilha acerca da contribuições da extensão para a formação acadêmica e profissional dos discentes, afirmam que o aluno se percebe sujeito e também protagonista do seu percurso formativo a partir do momento em que entende que suas escolhas irão influenciar sua formação e que, a partir dos dados coletados na investigação, as ações de extensão proporcionam uma formação que fortalece o protagonismo estudantil e contribui na formação integral dos envolvidos. Duara, Dal Molin e Scheibe (2021) a partir de uma experiência de extensionista no curso de psicologia, complementam este pensamento ao afirmar que se faz necessário tomar atitudes para que a curricularização não seja papel somente das autoridades da instituição, mas que os estudantes consigam pensar sobre uma formação integral, considerando os temas emergentes das situações vividas nas comunidades.

Diante do cenário até então exposto, o presente trabalho apresenta-se como o recorte inicial de uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPgCi - UFRGS) que, para o presente artigo tem por objetivo analisar as normativas institucionais no tocante à curricularização da extensão com relação à presença dos estudantes nestas ações.

Metodologia

O estudo teve caráter descritivo, com coleta de dados documentais e abordagem quantitativa-qualitativa. Para a análise dos documentos que normatizam a Curricularização da extensão nas instituições de ensino superior, utilizou-se o método de análise de conteúdo.

A metodologia de análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para explicitação e sistematização da comunicação, de forma a possibilitar deduções lógicas e justificadas para inferências sobre o conteúdo, expressão e condições de produção/recepção de mensagens. Suas etapas estão organizadas a partir de três momentos cronológicos: I) pré-análise; II) exploração do material; III) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

A pré-análise é o momento de organização, de escolha dos documentos, de formulação de hipóteses ou objetivos e de estabelecer um primeiro contato com o texto, por meio da leitura “flutuante”. Nesta etapa é definido o *corpus* do estudo, que consiste no conjunto de documentos que serão submetidos aos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Para composição do *corpus* desta pesquisa, buscou-se por documentos oficiais de domínio público, em sites institucionais, destinados a orientar e estabelecer parâmetros para implementação da Curricularização da Extensão, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 07/2018. Foram analisadas as Resoluções publicadas pelo Instituto Federal Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), e, também, a Instrução Normativa do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Os documentos foram codificados como D1, D2, D3, D4, D5 e D6 e inseridos no programa computacional ATLAS.ti.

O ATLAS.ti é um *software* para a análise qualitativa de grandes volumes de dados textuais, gráficos, áudio e vídeo, auxiliando na organização, sistematização e gestão do material. Esta ferramenta também foi utilizada na segunda etapa da análise de conteúdo, para a exploração dos documentos institucionais.

A Resolução CNE/CES nº 07/2018 faz referência à formação cidadã e integral dos estudantes como diretriz e princípio da extensão. Nesse sentido, na etapa de exploração do material, buscou-se identificar o contexto no qual os estudantes são citados nas normativas que tratam da curricularização da extensão. Nesses documentos, procurou-se identificar unidades textuais que fizessem referência aos termos estudante/estudantil/aluno/discente.

Para Bardin (2011), procedimentos exploratórios sem ideias pré-definidas facilitam a construção de novas hipóteses. Dessa forma, optou-se pela classificação das unidades textuais em categorias definidas *a posteriori*, por meio de procedimentos de recorte, agregação e enumeração das ocorrências, conforme os temas foram emergindo durante a análise dos documentos.

O tema é uma unidade de registro com significado que se liberta naturalmente do texto e que pode ser utilizado para o estudo de motivações, opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências (BARDIN, 2011). A categorização temática dos recortes textuais com referência à figura estudantil resultou em três categorias: Cidadania, Trabalho e Formação Acadêmica.

A categoria Cidadania englobou aspectos relacionados à formação cidadã e ao diálogo com a sociedade. A categoria Trabalho classificou trechos com referência ao mundo do trabalho e a qualificação profissional. A categoria Formação Acadêmica reuniu informações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e ao currículo dos cursos.

A análise das unidades textuais classificadas na categoria Formação Acadêmica demonstrou que as informações desta temática deveriam ser sistematizadas em subcategorias para um melhor tratamento, inferência e interpretação dos resultados. Esse procedimento sistematizou as informações nas subcategorias Educação Integral, Metodologia e Registro e Protagonismo Estudantil que agregaram ocorrências relacionadas à formação integral, a métodos e procedimentos operacionais e à participação ativa dos estudantes nas instâncias acadêmicas.

Na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, determinou-se a frequência das temáticas nos documentos analisados com o auxílio do ATLAS.ti. De acordo com Bardin (2011), a frequência é medida mais usada pois a presença ou ausência de determinados elementos determina a importância destes na mensagem que está sendo comunicada pelo autor. Os resultados quantitativos e qualitativos foram interpretados em articulação com o material teórico bibliográfico.

Resultados e Discussões

A extensão é compreendida como uma atividade educativa que se integra à matriz curricular, impulsionando o desenvolvimento acadêmico nos cursos de graduação. Na prática extensionista, os estudantes se deparam com a necessidade de aplicar o conhecimento científico em busca de soluções para questões e problemas do contexto social. Esse processo demanda do estudante uma postura proativa e habilidades de experimentação, autonomia, responsabilidade, relações interpessoais e capacidade de reflexão sobre temas da atualidade (SANTOS et al, 2016).

Para determinar como o estudante é referenciado no texto das normativas institucionais sobre curricularização da extensão nos Institutos Federais da região sul do país, aplicou-se a técnica de análise categorial que resultou em três categorias temáticas: Cidadania; Trabalho; Formação Acadêmica.

Tabela 1: Categorias temáticas e frequência

Categoria temática	Número de citações/Frequência
Cidadania	08 (9%)
Trabalho	03 (3%)
Formação Acadêmica	82 (88%)

Fonte: elaborado pelas autoras

Na categoria Cidadania foram classificados registros de extensão como espaço impulsionador de experiências interativas e dialógicas entre estudantes, técnicos administrativos, docentes e comunidade. Essa categoria apresentou um total de oito (9%) citações nas normativas analisadas. O resultado demonstra que a relação estudante-instituição-sociedade se encontra pouco representada nos documentos institucionais. É um fato negativo a ser considerado, pois a contribuição da prática extensionista na aprendizagem de valores éticos-políticos-sociais e

consequente fortalecimento do exercício da cidadania aparece em destaque em relatos de estudantes. Em entrevistas conduzidas por Costa, Baiotto e Garces (2013), a formação cidadã foi a principal aprendizagem adquirida com a participação em projetos de extensão. De acordo com esses entrevistados é por meio das intervenções extensionistas que a universidade cumpre seu papel social diante das comunidades, oportunizando aos estudantes o desenvolvimento de valores e a troca de saberes, em um espaço educativo de construção de conhecimentos.

A temática Trabalho apresentou apenas três (3%) citações para todo o conjunto de documentos analisados. Essa categoria identifica na comunicação institucional o estudante no contexto do mundo do trabalho. É um tema de especial importância para os Institutos Federais, dado que educação, trabalho, ciência e tecnologia são dimensões que fazem parte dos fundamentos da proposta político-pedagógica dos Institutos Federais (PACHECO, 2015).

O trabalho não pode ser compreendido apenas como uma atividade econômica associada aos meios de produção. Possui um sentido ontológico, de realização inerente a todos os aspectos da vida humana, que gera conhecimento e cultura social. Desse modo, ter o trabalho como um princípio educativo significa ofertar uma educação comprometida com a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática (PACHECO, 2015).

A categoria Formação Acadêmica compreende a organização e desenvolvimento do currículo, a relação da extensão com ações de ensino e pesquisa, de metodologias e procedimentos para avaliação e registro das atividades e a ação estudantil no processo de curricularização da extensão. Essa categoria apresentou a maior frequência (88%) no levantamento quantitativo de citações. Para uma análise mais aprofundada, essa temática foi sistematizada em três subcategorias, a saber: Educação integral; Metodologia e Registro; Protagonismo Estudantil.

Tabela 2: Subcategoria Formação Acadêmica

Categoria	Subcategoria	Número de citações/Frequência
Formação Acadêmica	Educação integral	14 (18%)
	Metodologia e Registro	49 (61%)
	Protagonismo Estudantil	17 (21%)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os resultados apresentados no Quadro 2 mostram que quarenta e nove citações (61%) abordam a figura do estudante inserida na temática de Metodologia e Registro. Essa subcategoria compreende procedimentos operacionais e metodológicos para estruturação, desenvolvimento, carga horária, avaliação e registro das atividades de extensão.

Com um quantitativo de quatorze citações (18%), a subcategoria Educação Integral agrupou registros nos quais a extensão tem o objetivo de "*promover impacto na formação omnilateral da/o estudante*" (D1), contribuir "*para a formação humana e integral do estudante de forma mais ampla*" (D1), possibilitar a "*construção de saberes, conhecimentos e a compreensão do mundo*" (D5) ou, ainda, como forma de "*integração entre diferentes áreas do conhecimento, oportunizando aos estudantes uma formação integral e holística*" (D6).

No momento que se discute formação integral, diversos são os estudos que vem ao encontro da compreensão da importância das atividades extensionistas para o desenvolvimento de profissionais na sua integralidade, expandindo os contextos de atuação e complementando o desenvolvimento profissional e pessoal destes (SÁ, MONCINI & CONCEIÇÃO, 2022). Nessa perspectiva, a formação é compreendida como um processo dinâmico para o qual a participação em atividades de extensão amplia os espaços de aprendizagem, proporcionando o “entrecruzamento de saberes; aperfeiçoamento de práticas; potencialização de conhecimentos” e o “desenvolvimento de posturas, competências e habilidades pessoais no âmbito do saber fazer; saber ser; saber conviver e saber a aprender” (GONZATTI, DULLIUS & QUARTIERI, 2013, p.241).

Por fim, a última subcategoria presente nos dados analisados traz o tema central da nossa investigação, o protagonismo discente com 17 citações (21%). Ao propormos como objetivo central desta investigação a análise das normativas institucionais da curricularização da extensão com relação à presença dos estudantes, pretendeu-se começar a entender como o corpo discente das nossas instituições está (ou não) sendo envolvido nas discussões e nas ações acerca da inserção destas atividades nos currículos. Tendo em vista que este artigo traz um recorte de uma pesquisa mais ampla, que pretende entender a participação dos estudantes no processo de curricularização da extensão nos IFs e para isso propõe-se também à análise de PPCs de cursos e a realização de entrevistas com estudantes e servidores de cursos em processo de readequação curricular, percebeu-se a presença, ainda que discreta, de citações referentes aos estudantes nas normativas institucionais:

I - ações e/ou atividades de extensão e de pesquisa que, articuladas com o ensino, devem ser desenvolvidas de acordo com o art. 3º, construídas de forma vinculada a programas ou projetos de extensão e pesquisa, tendo as/os estudantes como protagonistas na sua execução; (D1)

A curricularização das atividades de Extensão, ao expressar a compreensão da experiência extensionista como elemento formativo, coloca o discente como agente de sua formação, ou seja, ele deixa de ser mero expectador de um conhecimento validado pelo professor para se tornar protagonista do processo. (D2)

As atividades curriculares de extensão devem ser constituídas de forma vinculada a programas e/ou projetos de extensão, tendo os estudantes como protagonistas na sua execução. (D6)

A simples sinalização nestes documentos institucionais acerca da participação dos discentes não somente como participantes das ações propostas, mas também enquanto agentes e promotores, vem ao encontro da legislação e das diretrizes oficiais vigentes no que tange à inserção da extensão nos currículos de graduação. Muito embora não utilize especificamente o termo “protagonismo”, a Resolução 07/2018 do CNE traz em suas orientações que estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior a importância central da formação cidadã dos estudantes, sendo esta constituída pela vivência dos seus conhecimentos seja valorizada e integrada à matriz curricular (BRASIL, 2018).

Nesta mesma linha, entretanto de forma mais objetiva, o texto das Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica elaboradas pelos fóruns de Pró-Reitores/as de Extensão (Forproext) Fórum de Dirigentes do Ensino (FDE) afirma como um dos objetivos da inserção da Extensão nos

currículos garantir impacto na formação e no protagonismo dos estudantes de forma a cumprir a Meta 12.7, da Lei 13.005/2014 (CONIF, 2020).

Por fim, o Parecer do CNE/CES 608/2018 de outubro de 2018 que trata sobre as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, utiliza em sua redação de forma explícita a terminologia do protagonismo discente chamando a atenção, mais uma vez, para a importância da presença ativa destes nas ações de curricularização da Extensão:

No que se refere à relação entre extensão e ensino, a diretriz de indissociabilidade, nesse caso, *coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e à formação cidadã, o qual lhe permite se reconhecer como agente de garantia de direitos, deveres e transformação social*. Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de extensão, a todos os envolvidos; por exemplo, alunos, professores, técnicos-administrativos, pessoas das comunidades, estudantes de outras universidades e do ensino médio. (BRASIL, 2018, p. 09, grifo nosso).

Estas indicações presentes nos excertos acima citados nos dão pistas de como este processo de reformulação deve ser percebido em nossas instituições. A percepção institucional quanto à necessidade de assegurar uma maior participação dos estudantes no processo de ensino é essencial para uma formação mais qualificada, visto que:

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. (...). Para isto, é necessário que, na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer. A nada disto nos leva a pensar o conceito de extensão (FREIRE, 2015, p.16).

O fato de darmos atenção aos aspectos referentes à autonomia do discente neste processo possibilita também que os objetivos da Meta 12.7 do PNE 2004-2014 possam ser atingidos, oportunizando uma aprendizagem mais significativa, em que a presença questionadora do estudante diante das situações concretas o habilite para uma ação transformadora sobre a realidade.

Considerações Finais

Para analisar as normativas institucionais no que se refere à curricularização da extensão e o protagonismo discente, se faz necessário refletir sobre a importância do papel da extensão em instituições de ensino com estruturas multicampi e pluricurriculares, alicerçadas na diretrizes da Lei no 11.892/2008 (BRASIL, 2008), e para as quais a “indissociabilidade” do tripé ensino-pesquisa-extensão se constitui como via de ensino e aprendizagem e, assim, tem igual importância no processo formativo dos discentes.

Nos documentos institucionais considerados nesta investigação, o estudante foi citado com maior frequência em trechos que tratam dos aspectos curriculares da formação acadêmica, especialmente quanto aos procedimentos metodológicos destinados a assegurar o registro das atividades de extensão. Desse modo, pode-se inferir que as instituições percebem o discente

mais como objeto do que como sujeito em suas regulamentações. Além disso, não está evidenciado como a participação dos discentes será sistematizada pelas instituições de ensino, especialmente os cursos superiores.

Entende-se que, para o objetivo e metodologias apresentados na presente pesquisa e, tendo em vista que esta faz parte de um estudo maior que envolverá outros agentes da comunidade acadêmica, considera-se que esta análise exploratória cumpriu sua finalidade.

Entretanto, faz-se necessária a continuidade deste estudo, com vistas a explorar outras fontes de análise, a saber, estudantes, coordenadores de curso, PPCs, etc. e desta forma elaborar reflexões mais palpáveis acerca deste importante processo de reformulação da educação superior brasileira de forma a contribuir com o processo em curso.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. **O Método nas Ciências Sociais**. Em: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**, 2004 (pp.99-197) 2. São Paulo: Pioneira.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES Nº 608 de 03 de outubro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em 12/11/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso: 08/03/21

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. MEC: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso: 09/03/21.

CONIF. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2020**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3704-conifestabelece-diretrizes-para-a-curricularizacao-da-extensao-na-rede-federal?Itemid=558>. Acesso em: 12/11/2022.

COSTA, Aline A. Cezar; BAIOTTO, Cléia Rosani; GARCES, Solange Beatriz B. **Aprendizagem: o olhar da extensão**. In: SÍVERES, Luiz (Org). **A extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 61-77.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. E-book.

DUARA, H. F.; DAL MOLIM, M.L.Nolasco; SCHEIBE, Monique.; **Protagonismo estudantil e curricularização da extensão: quando os estudantes movem estruturas**. In **Revista Masquedós** Nº 7, Año 7. Secretaría de Extensión UNICEN. Tandil, Argentina, 2021.

Disponível em: <https://ojs.extension.unicen.edu.ar/index.php/masquedodos/article/view/140> .
Acesso em 10/11/2022.

FLORES, Laiane Frescura; MELLO, Débora Teixeira de; O Impacto da Extensão na Formação Discente, a experiência como prática formativa: um Estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande Do Sul. **In: Revista Conexão UEPG**, vol. 16, núm. 1, 2020 Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514162470027>. Acesso em 11/11/2022

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012.** Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3.
Acesso em: 09/11/2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GONZATTI, Sonia Elisa M; DULLIUS, Maria Madalena; QUARTIERI, Marli Teresinha. O potencial da Extensão para a formação profissional. In: SÍVERES, Luiz (Org). **A extensão universitária como um princípio de aprendizagem.** Brasília: Liber Livro, 2013. p.223-243.

SÁ, Maria Aparecida Munin; MONICI, Sandra Cristina Borges; CONCEIÇÃO, Márcio Magera. A importância do Projeto de Extensão e o impacto que ele tem no processo formativo dos estudantes universitários. **Revista Científica ACCERTE**, vol.2, n.03, p.01 - 08, 2022.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÍVERES, Luiz. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org). **A extensão universitária como um princípio de aprendizagem.** Brasília: Liber Livro, 2013. p. 19-31.